

## REFORMA UNIVERSITÁRIA, AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Maria Olivia de Matos Oliveira\*

**RESUMO:** *No momento em que o Ministério de Educação cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), propondo uma reforma na universidade num dos seus aspectos mais polêmicos, que é a nova modalidade de avaliação de desempenho das instituições de ensino superior e que tem impacto nos projetos acadêmicos dos cursos, parece-me oportuno apresentar o presente estudo que procura romper paradigmas na avaliação de um programa na área de alfabetização de jovens e adultos na Bahia. Pretendeu-se, nesta investigação, mostrar que a avaliação de um programa é mais processo que produto, que vai mais além dos dados quantitativos apresentados nas propostas oficiais e deve procurar desvendar toda a complexidade e toda a gama de aspectos que se desenrolam dentro e fora das salas de aula. No desafio desta investigação, procuramos romper concepções arraigadas, buscando a coerência entre o pensar e o agir dos sujeitos implicados, na tentativa de entender as dificuldades e êxitos dos sujeitos envolvidos, suas resistências e seus medos, interpretando os seus discursos nos aspectos semânticos e simbólicos. Enfatizamos ainda na pesquisa a importância de políticas públicas de formação de professores que sejam coerentes com as necessidades dos educandos, que satisfaçam às exigências do desenvolvimento profissional docente e que proporcionem um referencial aberto à perspectiva interdisciplinar.*

**Palavras chave:** Avaliação de programa; Formação de professores; Educação de jovens e adultos

### INTRODUÇÃO

Ao escolher o Programa Educar Para Vencer, programa oficial do governo do Estado da Bahia, sentimos necessidade de fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o mesmo, observando alguns contextos de sua aplicação, na tentativa de caracterizar sua organização administrativa e didático-pedagógica, o cotidiano dos seus alunos, professores, gestores e como esses interpretam e se posicionam frente ao programa. Nossa intenção foi tornar visível o cotidiano desses sujeitos submersos nos mais diversos problemas intra e extra escolares e contribuir para ajudá-los a encontrar soluções alternativas para os seus problemas. No desafio desta investigação, procuramos quebrar paradigmas, romper com concepções arraigadas, buscando a coerência entre o pensar e o agir dos sujeitos implicados, procurando entender as suas dificuldades e êxitos, suas resistências e seus medos, interpretando seus discursos nos aspectos semânticos e simbólicos. Inúmeros problemas ficaram evidenciados: desde os de natureza sócio-econômica, até aqueles relacionados com as condições internas da organização escolar onde estão inseridos os sujeitos da pesquisa. Aprofundamos algumas análises e outras deixamos indicadas, possibilitando a retomada de outros caminhos por outros pesquisadores.

Como objetivos deste estudo, estabelecemos os seguintes: analisar os fundamentos teórico-metodológicos do Programa Educar Para Vencer, suas diretrizes e como se

---

\* Pedagoga, doutora em Educação UAB / Espanha, mestre em Qualidade e Processos em Educação, UAB / Espanha e Mestre em Educação pela UFBA, é professora adjunto da UCSAL e professora Titular pela UNEB. E-mail: [oliviamattos@terra.com.br](mailto:oliviamattos@terra.com.br).

operacionaliza no cotidiano das classes, através dos depoimentos dos sujeitos envolvidos; apresentar resultados descritivos acerca das classes e do perfil dos docentes, discentes e gestores do programa, ambientes de aprendizagem, utilizando técnicas qualitativas; interpretar os argumentos que os professores alfabetizadores usam para expressar suas expectativas profissionais e pessoais, representações a respeito do desempenho do alunado, conceitos a respeito das competências requeridas para um professor alfabetizador, opiniões sobre suas condições de trabalho, etc.; analisar as opiniões favoráveis ou desfavoráveis sobre a escola expressadas pelos alunos assim como sobre a qualidade das atividades que nela desenvolvem; diagnosticar capacidades de processar informação escrita dos alunos; verificar se a escola está provocando mudanças de atitudes em relação ao uso da escrita nos âmbitos da inserção social e laboral dos estudantes

Como o referido programa tem dimensões distintas, categorias de análises, mais ou menos complexas, foi nossa intenção avaliar diversos problemas de natureza intra e extra escolares, fazendo uma reflexão crítica das políticas e práticas que determinam a estrutura e a dinâmica de funcionamento do referido programa, procurando desvendar aspectos que vão além dos documentos oficiais e dos percentuais quantitativos apresentados, para dar respostas mais consistentes à sociedade a respeito da efetividade desses programas.

Atendendo aos objetivos propostos, o presente estudo procurou caracterizar o programa “Educar para Vencer” em classes de EJA, na modalidade regular: Aceleração I e II e nas classes de Regularização do fluxo, quanto à filosofia, objetivos, aspectos curriculares e organizativos, extensão e beneficiários, corpo docente e gestor, em dois contextos diversos- duas cidades da zona rural do Estado da Bahia e, na capital, Salvador.

O estudo ainda faz considerações teórico-metodológicas sobre a educação de jovens e adultos, sobre as diferentes dimensões do processo, enfatizando a concepção construtivista em oposição à concepção tradicional na alfabetização, buscando fundamentação nos referenciais teóricos baseados na Epistemologia Genética de Piaget, na Teoria Psicogenética de Emília Ferreiro, no sócio construtivismo de Vygotsky, além de tratar dos aspectos metodológicos referendados por Paulo Freire. Discute e sugere ainda saberes, competências e habilidades requeridos na Educação de Jovens e Adultos, analisando o valor tanto das habilidades acadêmicas como das habilidades comunicativas e enfatizando o diálogo intersubjetivo, como essencial entre todos os elementos participantes do processo formativo desta clientela. No referido trabalho de dissertação, procura-se ainda fazer uma apreciação do analfabetismo no Brasil e em outros países do mundo, discutindo os avanços e retrocessos da legislação brasileira, comparando-a com a legislação de outros países. Realizamos também uma retrospectiva histórica dos programas de educação de jovens e adultos no Brasil, antes e após o golpe militar de 1964, fazendo uma análise crítica e contextualizando esses programas no período histórico em que foram gerados.

## **ROMPENDO PARADIGMAS NA AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE EJA**

Neste trabalho, nossa primeira intenção foi avaliar o programa a partir de categorias de análises relacionadas com as dimensões propostas: o contexto sócio-econômico e educacional, onde está inserido o programa, seu grau de avaliabilidade quanto à qualidade ou aos obstáculos / barreiras enfrentados, a partir dos depoimentos dos gestores, bem como a caracterização sócio-econômica do corpo docente, discente e gestores, situação profissional, faixa etária, salarial, condições de trabalho, dentre outras variáveis. Enfim procuramos ouvir e confrontar as idéias e opiniões dos segmentos envolvidos, para sentir o impacto do programa nestes contextos. Foram também analisadas as opiniões favoráveis ou desfavoráveis expressadas pelos alunos a respeito da escola e sobre as atividades que nela desenvolvem.

No presente estudo, nos posicionamos pela necessidade da avaliação democrática para a melhoria da qualidade dos programas oficiais na perspectiva de dois paradigmas: o interpretativo-simbólico, que dá sentido ao modo como os protagonistas interpretam a realidade nas suas interações com o espaço escolar e na perspectiva do paradigma crítico que sustenta a necessidade das pessoas se tornarem conscientes dos seus limites e buscarem, através da solidariedade e da participação, alternativas de soluções para os problemas da instituição escolar. Este último paradigma se refere à possibilidade que têm as pessoas de se tornarem mais conscientes de seus limites, de refletirem a respeito dos problemas da educação de jovens e adultos, de buscar na investigação e na participação as soluções alternativas para os problemas. A perspectiva paradigmática do avaliador assentada nos dois paradigmas descritos, favorece as interações com a comunidade, valoriza o saber popular e a experiência dos alunos, buscando sempre atingir a compreensão dialética do sujeito-objeto na sua *práxis*. Numa avaliação desta natureza, as questões axiológicas não são esquecidas, se utilizam com frequência indicadores qualitativos e a crença na inevitabilidade do conflito está sempre presente. As análises interpretativas e subjetivas das pessoas têm categoria de importância, e as opiniões dos envolvidos são respeitadas. A realidade não é como uma mera radiografia, mas é vista globalmente com o compromisso de ampliar o processo para o crescimento da instituição.

## METODOLOGIA

No desenho do estudo, foram utilizadas técnicas e procedimentos de pesquisa qualitativos para conseguir resultados mais descritivos e reais das classes observadas, por isso fizemos a triangulação de métodos, para preservar uma visão mais crítica e um compromisso com o nosso projeto de investigação, cruzando informações dos diferentes segmentos. Quando se realiza uma avaliação apenas formal e externa de um programa, costumam-se utilizar instrumentos que muito dificilmente refletem toda a complexidade dos processos onde este está sendo implantado, e isto obstaculiza a compreensão e a apropriação dos processos que se desenvolvem nas salas de aula. Os instrumentos usualmente utilizados não podem captar as discrepâncias entre o que se diz e o que se faz, ou o que se diz em momentos distintos. Constatamos quão importante é a capacidade de inferir, através das entrevistas e observações, o conteúdo do discurso dos sujeitos que muitas vezes está acima do próprio discurso, e o quanto é relevante a habilidade de transcender o mero conteúdo sintático das falas dos usuários para buscar relações entre o nível semântico e o pragmático, fazendo indagações sobre a própria realidade. Em todos os momentos da investigação, na qualidade de avaliador, procurei fazer a análise das falas dos sujeitos envolvidos, buscando sempre ver os dois lados: a descrição “textual” do que está sendo dito e, por outro, as relações entre o discurso dos alunos, professores e gestores do programa “Educar para Vencer” e o que não foi dito nas suas verbalizações ou seu discurso implícito, utilizando-se instrumentos qualitativos, tendo em vista a natureza dos objetivos propostos.

## RESULTADOS

Os resultados obtidos pelas entrevistas revelam que os conceitos elaborados pelos professores e gestores a respeito das competências que um professor deve ter são compatíveis com as descritas por Philippe Perrenoud (2000). Essas competências são definidas pelo referido autor como a capacidade de mobilizar diversos saberes para enfrentar um determinado tipo de situação. No dizer dos entrevistados, estes devem reunir o compromisso profissional, responsabilidade, os conhecimentos da área, sem esquecer a afetividade e amizade com os

alunos. Nas observações que realizamos, vimos, entretanto, que aos professores faltam muitas dessas competências e suas representações revelam que, se, por um lado, aceitam algumas dessas competências como significativas, por outro lado, vemos quão esvaziados de conteúdos se encontram e quão afastados estão das competências apresentadas pelo autor e presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

Estes professores, segundo se constatou na pesquisa, sentindo-se “bodes expiatórios”, põem a culpa nos alunos, no seu despreparo, no desinteresse, na desarticulação e desunião das famílias. Entretanto, apesar de os professores serem apontados como responsáveis absolutos pelos maus resultados do desempenho escolar dos alunos, isto é um pressuposto falso, pois sua contribuição ao fracasso escolar não pode ser analisada isoladamente, mas com outros fatores intervenientes: contextuais e políticos. Sem dúvida, os professores alfabetizadores de jovens e adultos se encontram despreparados para as adversidades enfrentadas e para os problemas do seu cotidiano escolar. Estes docentes, apenas com a escolaridade média, negam tudo o que teoricamente está aportado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos, EJA. Mal remunerados e mal preparados, denunciam, com as suas práticas, as discrepâncias existentes nos processos formativos do nosso ensino e nas políticas de formação docente que se concretizam em projetos fragmentados, que não satisfazem às exigências de desenvolvimento profissional dos professores, não atendem à realidade dos alunos e não respondem às necessidades da nova era tecnológica que estamos vivendo.

Defendemos a idéia de que o desenvolvimento profissional dos educadores de jovens e adultos deve ser concebido como um processo constante ao longo da vida que produzirá mudanças nas suas condutas, na forma de pensar, valorar e atuar sobre o ensino. Este começa com a formação inicial e por ela está condicionada, e vai além de ensinar a ler escrever e contar aos alunos, mas deve procurar articulá-los com o contexto em que estão inseridos, possibilitando-lhes a formação da consciência crítica.

Não basta que os cursos de formação introduzam os professores nas teorias ou os leve à apropriação do discurso pedagógico, pois a nossa experiência mostra que, nas salas observadas, os professores continuam fazendo ditados de palavras, com aulas monótonas, cansativas, sem planejamento, com uma pobreza de material muito grande, apesar dos cursos de capacitação que freqüentaram e sobre os quais opinam positivamente. Ficou patente que a metodologia utilizada pelos cursos não instrumentaliza o professor para melhorar a qualidade do ensino, não operacionaliza o seu *saber-fazer*, e o real objetivo da formação não é atingido. Na verdade, os cursos promovidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia são de excelente qualidade, mas se constituem, de certa maneira, em pacotes de informação como opinaram algumas professoras da cidade de Aratuípe, cidade pesquisada: “*muita teoria e pouca prática*”.

Para ter uma atuação coerente com a concepção construtivista e dialética de aprendizagem, precisamos encontrar um caminho para alterar a prática desses formadores. Uma das primeiras coisas a fazer é estabelecer um vínculo de confiança com a comunidade e com o professorado que vai receber a proposta. Isto exige reuniões e conversas para submeter a proposta aos docentes

Os resultados apontam ainda problemas que vão desde os de natureza sócio-econômica, envolvendo as baixas condições salariais em que vivem os alunos jovens e adultos, o sub-emprego, as péssimas condições de habitação e moradia, as condições salariais dos professores, sua precária formação, estendendo-se até outros aspectos como o total desconhecimento de alguns gestores / técnicos sobre o próprio programa: “Educar Para Vencer”.

Ao analisarmos o grau de adequação do programa, desvendamos a distância entre as propostas oficiais anunciadas e a realidade investigada, nas cidades e nas classes onde este se operacionaliza. Esta distância se revela quando se observam os fundamentos teórico-metodológicos e as diretrizes expressas nos documentos oficiais do programa e a incoerência com as ações estratégicas que foram identificadas nas cidades. Ao falarmos de distâncias entre

o que está proposto teoricamente nos documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a realidade investigada, estamos nos referindo a respeito da inadequação deste programa ao contexto onde está inserido, portanto estamos tratando da falta de respostas ao estabelecido nas suas diretrizes e documentos. Isto se revela quando observamos a preocupação dos informes oficiais em traduzir numericamente o desempenho e a viabilidade do programa, não fazendo uma interpretação dos seus dados de maneira isenta. Ora, de acordo com o que observamos, os números falam muito pouco e, quando estes dados são examinados nas cidades, quando todas as pessoas que estão envolvidas no programa são chamados a depor, vemos questões importantes que extrapolam a simples relação numérica desmentidas e desmistificadas, como, por exemplo, a sobrevalorização de testes mensuráveis para indicar mudanças de desempenho dos alunos nas classes de Regularização do Fluxo, onde a Secretaria de Educação da Bahia colocou em percentuais o número de alunos de base alfabética e de base não alfabética muito acima do que foi evidenciado pelo diagnóstico que aplicamos. Apesar de as estatísticas oficiais comprovarem o decréscimo de alunos de base não alfabética, nas cidades investigadas, observamos que o número desses alunos (não alfabéticos) é ainda muito grande e, a cada ano, as diferenças se tornam mais significativas. No nosso entender, a questão deve ser tratada com muito cuidado, pois os instrumentos de natureza quantitativa, comumente utilizados pelos órgãos públicos, não refletem a realidade e podem conduzir a uma simplificação errada do problema. As mudanças que efetivamente ocorrem nos alunos jovens e adultos são resultantes da conjunção de outros fatores susceptíveis de avaliação, superando uma simples medida por instrumentos apenas quantitativos

Procuramos também analisar o grau de avaliabilidade da qualidade do programa e das barreiras encontradas e também identificar a qualidade dos recursos através das opiniões de gestores, diretores e professores. Pelas avaliações feitas pelos gestores, no que diz respeito tanto à avaliabilidade das dimensões de qualidade do programa que analisamos, quanto aos obstáculos e dificuldades deste, os resultados mostraram que existem muitas dimensões do programa que os gestores nas cidades investigadas desconhecem, o que sinaliza a verticalidade e centralização deste programa nas mãos da SEC/Ba, deixando os gestores como meros executores, sem autonomia.

Pelos depoimentos dos sujeitos envolvidos (professores, diretores, e coordenadores) a respeito dos recursos humanos, materiais e didático-pedagógicos do programa, constatamos a falta de estrutura necessária nas classes e, em algumas classes, até a inexistência de uma estrutura mínima de salas e equipamentos nos locais onde o programa está implantado.

Os resultados apresentados ainda revelam que os alunos acreditam na importância que a escola tem em relação à melhoria da qualidade de vida, mas, paradoxalmente, dizem que as atividades nela realizadas são de memorização que não conduzem à construção da leitura e escrita de forma significativa.

A pesquisa também evidenciou que os administradores e gestores, por sua vez, apontam ora para a falta de compromisso dos professores, ora para a irresponsabilidade do estado e os salários aviltantes. Os docentes, por sua vez, criticam a direção das escolas e a atuação dos coordenadores. E, neste jogo, onde todos estão insatisfeitos, jogando a culpa nos outros parceiros, como fica a educação, como está sendo tratado o destino desde jovens e adultos em processo de alfabetização do nosso estado? Sem dúvida, é necessária uma reflexão e discussão conjunta do problema com todos os setores envolvidos.

Finalmente podemos afirmar pelos dados analisados que, nas cidades observadas: Aratuípe, Castro Alves e Salvador, o programa não está provocando mudanças significativas no processo de alfabetização dos jovens e adultos, pois as práticas docentes não conduzem ao letramento e à aprendizagem dos usos sociais da língua falada e escrita.

## CONCLUSÕES

Pelo exposto, a avaliação de um programa envolve o conhecimento sobre as políticas nas quais o mesmo se baseia, considerar o que pensam e opinam sobre o programa todos os elementos envolvidos: gestores, coordenadores, diretores, professores e alunos. Por isso mesmo, devem-se ouvir todos os segmentos envolvidos, entendendo-se que as entrevistas a responsáveis pelo programa, em nível da administração, são fontes de informação tão significativas quanto entrevistar professores supervisores ou o alunado. Avaliar um programa é *tornar visível o cotidiano* (SANTOS, 1998, p. 23), é observar e interpretar as relações existentes, os grupos dominantes e as minorias, os anseios, os conflitos, valores, crenças, a cultura, o nível de participação dos alunos e professores, o estabelecimento das normas, o clima imperante e a ética da autoridade, enfim, significa ouvir o que cada um tem a dizer sobre a realidade e levar em conta o contexto onde estes sujeitos estão inseridos.

Vemos que, na atualidade, o governo, o empresariado e a sociedade de modo geral pressionam as escolas para mostrarem seus resultados, colocando inclusive sob sua responsabilidade os logros ou os fracassos escolares. Estas pressões são unilaterais na medida em que só estão enfocadas no resultado dos alunos. A sociedade política, social e técnica exige comprovações de que se está trabalhando com seriedade e eficiência com o dinheiro que é repassado para estes programas. Não basta que os governos expliquem como gastam o dinheiro, mas justifiquem em termos de resultados conseguidos esses gastos. Torna-se, portanto, necessário se introduzir um elemento de *hetero-avaliação* no programa, para que todas as instâncias sociais tomem conhecimento, participem deste projeto de avaliação e, mais que isto, fiscalizem a aplicação das verbas destinadas ao programa, que muitas vezes são controladas pelas prefeituras que depositam esse dinheiro em mãos nem sempre honestas, sem prestação de contas. Por isso defendemos a constituição de um Conselho Comunitário nos municípios onde o programa está implantado, constituído por pessoas idôneas e eleitas democraticamente, sem injunções políticas, para controlar e fiscalizar a operacionalização do referido programa, conforme comenta Santos: “O controle democrático da educação deve converter o processo avaliador num serviço de informação à comunidade, sobre as características do programa educativo” (SANTOS, M 1990, p.23).

De modo geral, o processo de avaliar programas ou projetos oficiais não produz mudanças significativas porque estas avaliações são burocráticas e cartoriais, limitando-se a fornecer, quando muito, dados quantitativos sobre índices de aprovação, reprovação e repetência, não levando em conta outros fatores essenciais.

Conforme exposto, avaliar um programa envolve um processo reflexivo e sistemático de indagação da realidade por parte de quem avalia e impõe a necessidade da negociação, do diálogo e do consenso, levando-se em conta a heterogeneidade ideológica dos professores, diversidade de ações e perfil do alunado matriculado. Neste sentido representa muito mais que analisar apenas os aspectos explícitos, *o corpus* de conhecimentos estabelecidos pelo seu currículo oficial ou os objetivos e metas definidoras de sua política. Significa uma ultrapassagem dos aspectos formais, por isso é extremamente importante a aceitação por parte das escolas de avaliarem-se a si mesmas. Acreditamos que há necessidade de uma mudança profunda na cultura das escolas para potenciar o trabalho cooperativo e romper com as estruturas tradicionais de poder, pois a colaboração exige um crescimento compartilhado e um apoio mútuo e a valorização da aprendizagem em equipe.

Não temos dúvidas de que esta sociedade da informação e da comunicação exige mudanças e ações a curto prazo e, neste particular, o papel da universidade pode e deve ser relevante na formação de professores. Mas, além de tudo isto, nos defrontamos com um impasse: os salários aviltantes percebidos pelos professores do ensino fundamental no nosso estado. Como ficou evidenciado na pesquisa, o nosso professor de jovens e adultos precisa ganhar muito mais

e ter condições de trabalho adequadas. Assim, salário e valorização andam de mãos dadas. Essa premissa parece ser ignorada na prática pelos governos, a despeito da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96), que exalta num dos seus capítulos a valorização dos profissionais em educação.

Apesar de os professores acreditarem serem necessários processos mais colaborativos dentro da estrutura escolar e na auto gestão da escola, ainda resistem implicitamente às mudanças conforme também foi detectado no nosso trabalho de investigação. Se pretendemos estimular o desenvolvimento profissional dos docentes e agilizar os processos de mudanças, o que primeiro devemos fazer é, sem dúvida, discutir a definição de um desenho para cursos de formação que supere os enfoques isolados da realidade docente e possibilite favorecer dimensões relacionadas com o papel social e pedagógico dos professores de jovens e adultos. Sabe-se que as políticas públicas de Educação Fundamental na Bahia e no Brasil, sobretudo as de alfabetização, se concretizam na realização de projetos fragmentados que não satisfazem às exigências do desenvolvimento profissional dos professores e não atendem à realidade dos alunos.

Pelo exposto, é necessário que a sociedade tome consciência de que o professor é um profissional indispensável, com um nível de qualificação superior ao exigível em tempos anteriores. Se a sociedade exige uma escola de qualidade, vai ter que assumir que isso requer também um professor de qualidade com um perfil diferente do que vinha sendo proposto e também com um salário diferenciado. Precisamos desarmar esse impasse. A luta não é somente da categoria, mas de toda uma sociedade que não pode prescindir de uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos. **Avaliação de um programa de alfabetização de adultos: seu contexto, seus professores e seus alunos**. 2003. 356 f. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha, 2003.

PERROUND, P. e OUTROS **As competências para ensinar no século XXI**. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SANTOS, M. A . **Hacer visible lo cotidiano**. Teoría y práctica de la evaluación cualitativa de los Centros Escolares. Barcelona: Ediciones Akal S. A, 1998.